



Copergás

1. MENSAGEM DA DIRETORIA: A Diretoria Executiva da Companhia Pernambucana de Gás - Copergás - vem a público divulgar aos acionistas, conselheiros, fornecedores, colaboradores e a sociedade em geral o Relatório da Administração 2020, que contempla os resultados, conquistas e desafios realizados em um ano marcado por grandes desafios. Em março de 2020, o mundo foi pegado de surpresa com a pandemia do novo coronavírus. Quase todo a economia parou. A Copergás foi considerada durante a pandemia como serviço essencial e diante do cenário impar, a Companhia adotou o home office para as áreas administrativas e instituiu um Comitê de Crise, visando garantir a preservação da saúde dos colaboradores e a continuidade das operações essenciais. Apesar da economia de Pernambuco ter sido muito afetada pela paralisação das atividades econômicas, principalmente nos setores comercial e industrial, com uma redução de 9,8% no Produto Interno Bruto (PIB) em comparação ao mesmo período de 2019, a Copergás conseguiu realizar grandes obras, como será visto no decorrer deste Relatório, a partir do 2º trimestre de 2020 e durante todo o ano. Com investimentos de R\$ 56,04 milhões, volume 51% superior ao ano anterior, com destaque para ampliação da rede de distribuição de gás natural em áreas da Região Metropolitana do Recife para suportar o crescimento de ligação de clientes residenciais, comerciais, industriais e veiculares. Em abril, o projeto Porto de Galinhas-Muro Alto foi a primeira obra finalizada durante o período de lockdown e hoje redes de hotéis, resorts e condomínios e também comércios estão usufruindo do gás natural. Grandes fábricas como a Tramontina, Laboratório Aché, Marilan, Roca Metais Sanitários, entre outras foram interligadas, além de outros projetos relativos à melhoria operacional do sistema de distribuição de rede com o objetivo de ampliar a confiabilidade e a segurança da operação. Com um Planejamento Estratégico elaborado para o período 2020-2024, a Companhia obteve um faturamento de R\$ 1,39 bilhão - uma queda de 11,4% em relação a 2019 - e um lucro líquido de R\$ 75,83 milhões, conseguiu entregar os principais projetos previstos para o ano de 2020, mesmo diante das dificuldades impostas pela pandemia do coronavírus, com ampliação da rede de gasodutos em 88,14 km - um crescimento de 124% em relação à média dos últimos 5 anos - e a interligação de 7.569 clientes nos principais segmentos: residencial, comercial, industrial, veicular, totalizando 52.244. O volume total médio atingiu 4,34 milhões m³/dia, equivalente a 1,58 bilhão m³ de gás natural, sendo que 38,82% corresponde ao volume da Refinaria de Abreu e Lima (RNESI), que nos períodos mais críticos de 2020 - março a agosto - conseguiu manter a produção acima do planejado para o ano. O setor não-termoelétrico atingiu um volume de 1,42 milhão m³/dia - uma queda de 5,3% em relação a 2019 - e com destaque positivo para o segmento residencial. Este apresentou um crescimento relativo de 20% no volume de vendas em relação a 2019 em consequência da pandemia da COVID-19, pois muitas famílias adotaram o isolamento social para se proteger como também a Copergás ampliou a carteira de clientes residenciais, ultrapassando a marca de 51.000. Um fato relevante em 2020, foi a implantação do GSGAS para medição e faturamento no mercado residencial e comercial abaixo de 500 m³/dia, sendo este fato inédito entre as Companhias de Distribuidora Local (CDL) e estratégico para a COPERGÁS. No setor comercial apesar de ter comercializado um volume abaixo do esperado para 2020, em decorrência das restrições adotadas para conter o coronavírus, a Copergás foi a distribuidora do Nordeste que mais interligou estabelecimentos comerciais entre janeiro e maio de 2020, segundo dados da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGAS). Um destaque inovador foi a interligação do primeiro restaurante do Nordeste, na capital - Recife - a usar a climatização a gás natural, por meio de um sistema de Gás Heat Pump (GHP) que pode gerar uma economia de até 90% na conta de energia. Com a finalidade de diversificar o suprimento de gás natural, a Copergás conduziu o processo da Chamada Pública 2020 que selecionou a Shell Energy do Brasil Gás Ltda. como uma de suas supridoras de gás natural em 2022 e 2023. Uma vez celebrado o contrato e atendidas as condições procedentes previstas, a Shell ficará responsável pelo suprimento de 750 mil m³/dia em 2022 e de 1.000 mil m³/dia em 2023. Destaca-se a continuidade das ações para a tripla certificação integrada das normas ISO e o apoio a projetos socioambientais, em consonância com os valores e diretrizes traçadas no planejamento estratégico. O apoio de projetos de natureza social, cultural, ambiental, esportivo está contemplado na Política de Patrocínios da Copergás, a qual busca contribuir para a preservação da identidade cultural local. Como contribuição social, ocorreram ainda, as doações destinadas ao Fundo Municipal do Idoso (FMI) e da Criança e do Adolescente (FMCA) de Recife, ambas integrantes de políticas de incentivos fiscais. A respeito da transparência, a Copergás disponibiliza no site da Companhia e no Portal da Transparência do Governo de Pernambuco, de acordo com a Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI) - um conjunto de informações de interesse da sociedade e dos usuários e também uma estrutura de call center para atender às demandas dos clientes do gás natural. A Copergás foi destaque nacional na Primeira Revista Época Negócios da Companhia em 2020, sendo considerada a melhor empresa nacional do grupo "Desempenho Financeiro" do anuário Época Negócios 360º em 2020. Segundo a 14ª Edição do Balanço Empresarial 2020, realizado pela Consultoria JBG & Calado e promovido pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças, a distribuidora de Pernambuco foi eleita a 3ª empresa com melhor desempenho no Estado. Além disso, foi incluída entre os 13 integrantes do Clube do Bilhão em relação à Receita Líquida. Consolidado como polo logístico regional, Pernambuco, por meio da Copergás, deu um importante passo ao estabelecer um novo hub de abastecimento de gás natural no Nordeste. Em julho, foi assinado o contrato de fornecimento de gás natural liquefeito (GNL) entre a Copergás e a Aolar Power, sendo possível a interiorização do gás natural em regiões do Estado que ainda não são atendidas pelas redes de distribuição tradicionais. Petrolina, no Sertão do São Francisco, e Garanhuns, no Agreste Meridional, serão as primeiras cidades a serem atendidas pela rede local. A Copergás construiu a estação de distribuição e as redes que irão fornecer o combustível dentro dos dois municípios. A Copergás completou 25 anos de trabalho com excelência profissional, levando o gás natural, um combustível de qualidade, ao povo pernambucano, contribuindo com a expansão da matriz energética do Estado, que está presente em 25 municípios, sendo 22 (vinte e dois) deles com rede de distribuição de gás natural (RDGN) e 3 (três) por meio de gás natural comprimido (GNC). Dessa forma, a Companhia obteve importantes conquistas promovidas por mudanças na sua forma de atuação e registrou resultados significativos no desenvolvimento do Estado de Pernambuco, em um ano marcado por grandes desafios e conquistas. O objetivo para 2021 é intensificar os investimentos de modo a interiorizar as redes de distribuição de gás natural e desenvolver o mercado de gás natural tanto em áreas ainda não atendidas com destaque para o interior de Pernambuco - Zona da Mata, Agreste e Litoral Sul e Norte - como também para novas áreas da Região Metropolitana de Recife, na captação de novos usuários nas regiões saturadas e na implantação de melhorias na gestão, com a finalidade de orientar o crescimento da Copergás em conformidade com a sua missão, visão e valores. Isso tudo é graças ao trabalho harmônico entre todas as áreas da Companhia em sintonia com o planejamento e diretrizes estratégicas que nos guiam.

2. A EMPRESA: Empresa de Economia Mista com capital fechado, a Companhia Pernambucana de Gás - Copergás, tem como sócios o Governo do Estado de Pernambuco, Petróbras Gás S.A. - Gaspetro e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. Criada pela Lei Estadual 10.650/1991 e outorgada pelo Contrato de Concessão assinado em 05/11/1992, a Companhia Pernambucana de Gás - Copergás tem por objeto social a produção, aquisição, armazenamento, distribuição, comercialização de gás canalizado e a prestação de serviços correlatos. A Copergás é, portanto, responsável pela distribuição de gás natural em todo o Estado de Pernambuco, sendo de sua responsabilidade a exploração dos serviços de distribuição de gás, por meio de canalizações, a todo e qualquer consumidor nos segmentos industrial, comercial, veicular e residencial, para toda e qualquer utilização ou finalidade.

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA: A estrutura da Governança Corporativa da Copergás é composta por órgãos colegiados e Diretoria Executiva, Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutária.

1º Fonte: <https://www.folhape.com.br/economia/pib-de-pernambuco-tem-queda-de-96-no-2o-trimestre-de-2020/154870/>

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS - COPERGÁS

CNPJ nº 41.025.313/0001-81

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31/12/2020:

Conselho de Administração:	
José Jorge de Vasconcelos Lima	(PRESIDENTE) ESTADO DE PE
João Bosco de Almeida	ESTADO DE PE
Marcelo Andrade Bezerra Barros	ESTADO DE PE
Sérgio Luis De Carvalho Xavier	ESTADO DE PE
Raimundo Barreto Bastos	MITSUI GÁS E ENERGIA DO BRASIL
Luisson Rangel Del Papa Araújo	(VICE-PRESIDENTE) GASPETRO
Zeiz Flávio Beserra de Araújo	EMPREGADOS

Diretoria Executiva	
André Wilson de Queiroz Campos	Diretor Presidente
Fabrizio Bontempo de Oliveira	Diretor Técnico Comercial
Luciano Couto Rosa Guimarães	Diretor Administrativo Financeiro

Conselho Fiscal	
Renato Xavier Thiebaut (Presidente)	ESTADO DE PE
Sileno Sousa Guedes	ESTADO DE PE
Danielle de Bell Claudino	ESTADO DE PE
Ana Carolina Sartori Natal	GASPETRO
Celso José de Faria Viana	MITSUI GÁS E ENERGIA DO BRASIL

Comitê de Auditoria Estatutária	
Alexandre Moura Alves de Paula	ESTADO DE PE
João Batista de Moraes Guerra	ESTADO DE PE
Eduardo Henrique da Fonseca Wanderley	ESTADO DE PE
Valeska Souza Penido Gonçalves	MITSUI GÁS E ENERGIA DO BRASIL
Carlos Augusto de Vasconcelos	GASPETRO

4. ESTRUTURA SOCIETÁRIA:

A Copergás tem como acionista majoritário o Governo de Pernambuco, que participa com 51% das ações ordinárias e 17% do capital total; a Petróbras Gás S.A. - GASPETRO - subsidiária da PETROBRAS - participa com 24,5% das ações ordinárias e 41,5% do capital total, enquanto que a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. possui participação societária de 24,5% das ações ordinárias e 41,5% do capital total.

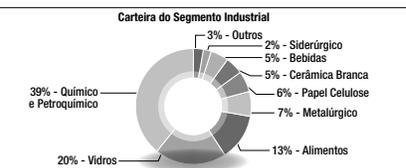
5. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: Em 2020, a Copergás atualizou a Estratégia de Longo Prazo (ELP) para um horizonte de 5 (cinco) anos - entre 2021 e 2025 - de acordo com o art.23º, § 1º, Inc. II da Lei nº 13.303/16, com a finalidade de se adequar às demandas do mercado de gás e ao cenário de desenvolvimento do Estado de Pernambuco. Em paralelo à ELP, foi desenvolvido o Plano de Negócios Anual (PNA) 2021, em consonância com o orçamento anual e como ferramenta de gestão da carteira de projetos de investimento da Companhia. **Missão, Visão e Valores:** A Copergás tem o compromisso de distribuir o gás canalizado de forma ética e sustentável, econômica e ambientalmente, visando promover o desenvolvimento do Estado de Pernambuco, respeitando as relações com clientes e demais partes interessadas. Sua visão é estar presente nos municípios com maior potencial de consumo de energia, mantendo o equilíbrio entre investimentos e volume até 2028. Para atingir seus objetivos estratégicos, a companhia se pauta nos seguintes valores: - Atuação ética, transparente e participativa; - Desenvolvimento de uma equipe qualificada e comprometida com os resultados do negócio; - Prevenção como regra para garantir um ambiente de trabalho seguro; - A atenção, a criatividade e a inovação como meios para oferecer o melhor nível de serviço ao cliente; - Compromisso de ser solidário e responsável internamente uns com os outros e externamente com a sociedade e o meio ambiente.

6. AMBIENTE REGULATÓRIO: No estado de Pernambuco, área de concessão da Copergás, a atividade de distribuição de gás natural é regulamentada pela Agência de Regulação de Pernambuco (ARPE). Esta fiscaliza o cumprimento do contrato de concessão e os demais documentos e mecanismos relacionados à distribuição do gás canalizado no Estado, como também faz a intermediação entre o poder concedente, a concessionária do serviço público e o usuário final. Nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro há alteração do preço de compra do gás natural (custo do gás) do supridor para a Copergás, sendo essa variação de custo repassada às tarifas de venda da Copergás, mediante homologação da ARPE. Além dessas variações, existe a revisão de margem que é solicitada anualmente pela Copergás e aprovada pela ARPE.

7. DESEMPENHO COMERCIAL 2020 - Crescimento de Clientes: Conforme o gráfico abaixo nota-se um crescimento ano após ano no número de clientes consumidores do gás natural. Isso decorreu dos investimentos realizados nas obras de expansão dos segmentos residencial, comercial, industrial e veicular, registrando um aumento de 17% na carteira de clientes em relação ao ano de 2019.

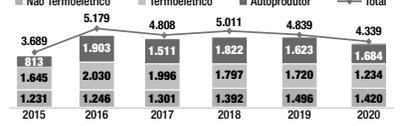


Desempenho por Segmento e Evolução das Vendas: Industrial: O grupo de clientes do segmento industrial é responsável pelo maior consumo de gás natural em Pernambuco, com forte contribuição para a economia estadual. Com a pandemia da COVID-19 e paralisação das atividades econômicas, as indústrias tiveram uma grande redução na sua atuação e consequentemente o consumo pelo gás natural também foi afetado, atingindo uma média de 74,8 mil m³/dia entre os meses de abril a julho. Contudo, o 4º trimestre de 2020 foi marcado pela recuperação e com desempenho superior ao ano de 2019, com um crescimento de 4,55%. Apesar da boa performance do final do ano, o volume para este segmento apresentou uma queda no seu consumo energético de 5,3% em comparação ao ano anterior. Além da performance do mercado já atendido, a Copergás interligou 10 (dez) novos clientes industriais em 2020, uma grande conquista em relação aos anos anteriores. As atividades econômicas do segmento industrial atendidas com o gás natural estão demonstradas no gráfico a seguir, com destaque para os setores químico/petroquímico e vidro que correspondem a 59% do total do volume consumido:

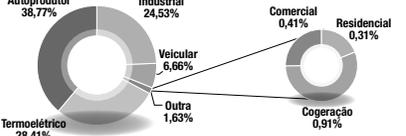


Residencial: Apresentou bons resultados no ano de 2020 com um aumento de 17% no número de clientes em relação ao ano de 2019, saltando de 43.859 para 51.272 clientes e consequentemente um crescimento no volume médio anual de vendas que alcançou 13,6 mil m³/dia, representando um progresso em meio de 24,75% em relação ao ano anterior. **Comercial:** A Copergás finalizou 2020 neste segmento com mais 133 clientes, representando um desvio de 26,5% em comparação ao ano de 2019. Em 2020, o volume médio anual de vendas foi de 12,8 mil m³/dia, representando em relação ao ano anterior uma queda de 13,7%, em consequência do baixo consumo de gás natural - principalmente no primeiro semestre de 2020, ocasionado pela pandemia da COVID-19. **Automotivo:** A comercialização do gás natural veicular, em Pernambuco, durante o ano de 2020, alcançou um volume médio anual 289,13 mil m³/dia. Desse total, 275,98 mil m³/dia, foram distribuídos por meio da rede de gasodutos da Copergás e 13,15 mil m³/dia fornecidos por meio de transporte rodoviário, realizado por carretas, com o combustível na forma de Gás Natural Comprimido (GNC). A Companhia interligou 13 postos de GNV, alcançando, em 2020, um total de 73 postos com GNV e 8 com GNC, instalados em 18 municípios e, também, de acordo com o DENATRAN, Pernambuco computa 68.021 veículos convertidos para o GNV, um aumento de 9% em relação ao ano de 2019. **Coperação:** Este segmento apresentou um decréscimo no volume em relação a 2019 de 18,2%, fornecendo em torno de 39 mil m³/dia. Essa perda é resultado do baixo consumo de gás natural em 2020, ocasionado pela pandemia da COVID-19. No gráfico abaixo, percebe-se um decréscimo no volume total movimentado em 2020 em relação a 2019 de 10,3% em virtude da pandemia da COVID-19 que trouxe a desaceleração da economia, reduzindo a demanda por energia elétrica e consequentemente do consumo da UTE Termostermbucano atendida pela Copergás a patamar bastante inferior aos anos anteriores como demonstra o Gráfico 3.

Evolução do Volume de Vendas - Mil m³/Dia



Distribuição de Vendas por Segmento



8. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO:

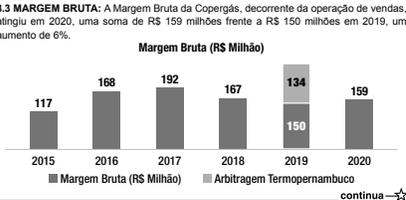
As demonstrações Financeiras de 2020 da Copergás revelam os resultados alcançados pela Companhia, firmando sua posição como uma das mais consolidadas distribuidoras de gás natural do país.

8.1 RECEITA BRUTA OPERACIONAL: A Copergás obteve uma receita bruta em 2020 no valor de R\$ 1.390 milhão, representando uma contração de 11,4% em relação a 2019. Essa queda na receita foi devida ao período de redução das atividades econômicas entre os meses de abril e julho, ocasionado pela pandemia do coronavírus. A Copergás comercializou um volume de gás natural, em média de 4,33 milhões m³/dia, totalizando aproximadamente 1,58 bilhão de m³ em 2020. O gráfico abaixo demonstra a evolução da receita bruta da Companhia entre os anos de 2015 e 2020.



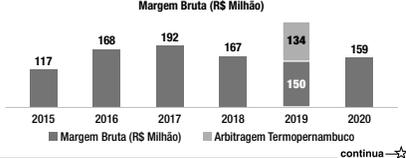
8.2 CUSTO DE AQUISIÇÃO DO GÁS NATURAL:

O custo de aquisição do gás natural em 2020 alcançou um montante próximo de R\$ 935 milhões, revelando um aumento de 6% em relação a 2019. A evolução do custo de GN pode ser demonstrada no gráfico abaixo:



8.3 MARGEM BRUTA:

A Margem Bruta da Copergás, decorrente da operação de vendas, atingiu em 2020, uma soma de R\$ 159 milhões frente a R\$ 150 milhões em 2019, um aumento de 6%.



Estados de Pernambuco

Poder Executivo

Recife, 23 de março de 2021

Ano XCVIII • Nº 56

DEMUNSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019						DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019				
	Capital Social	Reservas de Lucros	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Dividendos a Dispor (Prejuízos)	Lucros Acionistas Acumulados	Total	Nota	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro de 2019	166.290.920	12.806.100	33.258.184	22.038.237	68.102.521	47.699.099	282.092.540			
Dividendos Adicionais Propostos Aprovados	-	-	-	-	(47.699.099)	-	(47.699.099)			
Distribuição de Reserva de Lucros - AGE 108º de 23/08/2019	-	-	-	(22.038.237)	(22.038.237)	-	(22.038.237)			
Redução de Capital Social 110º AGE de 20/12/2019	(815.935)	815.935	-	-	-	-	-			
Aumento de Capital Social 111º AGE de 20/12/2019	815.935	-	-	-	(815.935)	-	-			
Aumento de Capital Social 112º AGE de 20/12/2019	11.075.672	(11.075.672)	-	-	-	-	-			
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	192.373.398	192.373.398			
Reserva Legal	-	-	2.215.134	-	(2.215.134)	-	-			
Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais	-	30.246.337	-	-	30.246.337	-	-			
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	-	118.204.055	118.204.055			
Dividendo Complementar ao Mínimo Obrigatório Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(27.813.172)	(27.813.172)			
Em 31 de dezembro de 2019	177.366.592	31.976.765	35.473.318	67.450.083	118.204.055	363.020.730	663.020.730			
Dividendos Adicionais Propostos Aprovados	-	-	-	-	(118.204.055)	-	(118.204.055)			
Aumento de Capital Social conforme 119º AGE de 16/12/2020	30.246.338	(30.246.338)	-	-	-	-	-			
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	75.825.978	75.825.978			
Reserva Legal	-	-	3.791.299	-	(3.791.299)	-	-			
Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais	-	11.184.222	-	-	11.184.222	-	-			
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	-	44.162.627	44.162.627			
Dividendo Complementar ao Mínimo Obrigatório Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(11.849.127)	(11.849.127)			
Em 31 de dezembro de 2020	207.612.930	12.914.649	39.264.617	52.179.266	44.162.627	303.954.823	658.158.892			

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019		
1. CONTEXTO OPERACIONAL - OBJETO SOCIAL: A Companhia Pernambucana de Gás - COPEGÁS ("Companhia") tem como atividades preponderantes a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços correlatos, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás. Constituída em 17 de setembro de 1992, a Companhia é uma sociedade por ações de economia mista, autorizada a funcionar de acordo com a Lei Estadual no 10.656, de 28 de setembro de 1991. A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo Estado de Pernambuco, conforme contrato de concessão de 5 de novembro de 1992, 0 registro estadual do escritório da Companhia é Av. Conselheiro Aguiar, 1700 - Recife - PE.	contraprestações contingentes que foram mensurados pelo Valor Justo. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPCF 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. (a) Classificação corrente versus não corrente: A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Os ativos e passivos são classificados no circulante quando espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou extinto no decorrer normal do ciclo operacional da Companhia. (b) Classificação não circulante: A Companhia classifica todos os demais ativos e passivos no não circulante. A Companhia apresenta ativos e passivos não classificados no ativo e passivo circulante, com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma. A Companhia mensura os seus instrumentos financeiros e ativos financeiros a valor justo, exceto para o caso de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) No mercado principal para o ativo ou passivo; (ii) Ausência de um mercado para o ativo ou passivo, o preço de mercado para o ativo ou passivo; (iii) O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas de que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizará o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativamente mensurada o valor justo como um todo: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. A Companhia classifica como Nível 1 os ativos (Créditos nas Operações de Venda e Aquisição de Gás), no passivo (Débitos nas Operações de Venda e Aquisição de Gás) relacionados a variação do preço do Gás, visto que por se tratar de um mercado regulado e competições em acesso limitado a precificação, em geral emitidas por meio de resoluções da Agência Reguladora. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo) em um todo e em cada período de divulgação, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não ocorreram mudanças nos níveis avaliados. Em cada data de reporte, a Administração analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis da Companhia. A Administração também considera cada movimento do valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação está em nível aceitável. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. (a) Caixa e equivalente de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em conta corrente e aplicação financeira de alta liquidez, de curto prazo, resgatáveis com insignificante risco de mudança de valor, que são registrados pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço e não suportam o valor de mercado. (b) Ativos e passivos financeiros - reconhecidos e desreconhecidos: A Companhia reconhece um ativo e um passivo financeiro inicialmente na data que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro quando a transação é uma transferência de risco e a Companhia reconhece o direito legalmente exigível de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidá-lo passivo simultaneamente. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalente de caixa, contas a receber e créditos nas operações de gás. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e débitos nas operações de gás. (c) Avaliação da Recuperabilidade de Ativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução do valor recuperável - impairment. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda ao valor recuperável - impairment ocorre através do devedor - a recuperação é avaliada em cada data de balanço para determinar se não seriam aceitas em condições normais. - Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; - Mudanças negativas na situação de pagamentos dos	

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019			
	Nota	2020	2019
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Receitas			
Receita com a Distribuição de Gás Canalizado e Outras	18	1.385.014.598	1.487.092.139
Outras Receitas	20.3	275.731.581	78.962.493
		1.660.746.179	1.564.054.632
(-) Insumos Adquiridos de Terceiros			
Custos de Industrialização de Gás		(1.179.872.271)	(1.111.102.618)
Energia, Serviços de Terceiros e Outras Despesas Operacionais		(222.138.886)	(100.762.115)
		(1.402.011.157)	(1.211.864.733)
(*) Valor Adicionado Bruto		258.735.022	352.189.899
(-) Retenções			
Amortização	11	(23.107.311)	(29.745.982)
		(23.107.311)	(29.745.982)
(*) Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		235.627.711	322.443.917
(*) Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Receitas Financeiras	20.4	2.846.490	57.159.065
		2.846.490	57.159.065
(*) Valor Adicionado Total a Distribuir		238.474.201	379.603.982
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal:			
Remuneração Direta		25.475.287	26.699.793
Benefícios		7.542.069	9.698.481
FGTS		1.340.548	1.370.741
		34.357.904	37.769.015
Tributos:			
Federais		38.786.013	70.586.866
Estaduais		75.825.978	87.592.702
Municipais		1.160.301	1.145.074
		127.131.993	148.318.642
Financieiros:			
Juros e Despesas Financeiras		1.158.226	1.140.927
		1.158.226	1,140,927
Acionistas:			
Juros Sobre o Capital Próprio		11.849.127	13.894.700
Dividendos		4.838.704	27.813.172
Lucros Retidos		59.138.147	150.665.526
		75.825.978	192.373.398
		238.474.201	379.603.982

continuação

Classificação
 13 anos
 2,5 anos
 3 anos

Equipamentos de Informática
 Veículos

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2), em relação aos arrendamentos operacionais de imóveis, a Companhia reconheceu R\$ 10.234.141 de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019. Ainda em relação a esses arrendamentos, de acordo com o CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu despesas de depreciação e juros, em vez de despesas de arrendamento operacional. Durante o ano a Companhia reconheceu R\$794.676 (2019 - R\$ 765.820) de depreciação e R\$ 1.119.177 (2019 - R\$ 1.127.899) de juros destes arrendamentos. **(f) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **(g) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração; se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço. Os ativos ou passivos fiscais são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(h) Recitas de contratos com clientes:** A Companhia tem como política, o reconhecimento da receita quando todos os critérios previstos no CPC 47 forem atendidos, ou seja, quando a obrigação de performance for concluída, mas isso não se limita a: 1. O cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo cumprimento da obrigação de desempenho por parte da Companhia, ou seja a disponibilidade e consumo imediato do gás; 2. A Companhia transfere para o cliente os riscos significativos e os direitos de propriedade do item; 3. A Companhia não mantém envolvimento gerencial, tão pouco, controle efetivo sobre o item vendido. 4. O montante da receita pode ser mensurado com confiabilidade; 5. É provável que o benefício econômico associado a transação flua para a Companhia; e 6. Os custos incorridos e a incorrer sobre a transação podem ser mensurados com confiabilidade. **(i) Receita de venda de gás:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita de venda de gás é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, quando for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e quando o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável, ou seja, quando há transferência de controle. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. O momento da transferência dos riscos e benefícios na venda de gás é mensurado de acordo com o consumo do gás pelo cliente. A Receita Operacional Líquida é mensurada com base no valor do produto entregue, excluindo

descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. **(j) Receita de serviços:** A Companhia reconhece a receita sobre a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. Essa receita é proveniente da cobrança da Tarifa de Utilização do Serviço de Distribuição - TUSD, definida e homologada pela Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE através de sua Resolução nº 96/2014. As receitas de serviços representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação do serviço no curso normal das atividades da Companhia, deduzida de quaisquer estimativas, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas ao comprador, se aplicável. **(k) Contratos de construção - Recitas e custos:** As recitas e custos de construção, cuja evidência se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da interpretação Técnica IPC01, foram reconhecidos conforme IFRS 15 (CPC 47), que orienta o reconhecimento da receita a partir de razoável e confiável mensuração do progresso para a satisfação completa de obrigação de desempenho, proporcão dos gastos incorridos e considerados recuperáveis, esclarecendo que quando não é possível efetuar estimativa confiável sobre a realização do ativo, somente deve ser reconhecido o ativo até o montante considerado provável de realização. A orientação OCP 05 - Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidenciação das recitas e dos custos de construção. Para viabilizar a distribuição de gás natural canalizado, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes vencedores para realização das obras. A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao poder concedente, e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa 25. **(l) Débitos na Venda de Gás:** Passivos de débitos na venda de gás são oriundos de diferenças de quantidades de concessão são reconhecidas no resultado através do método de juros efetivos. **(m) Recitas financeiras e despesas financeiras:** A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As recitas financeiras abrangem receitas com aplicações financeiras, juros ativos e multas. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e variações monetárias. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável de concessão são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. **(n) CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** O CPC 48 emitiu em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. O CPC 48 foi alterado em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração e desreconhecimento de passivos financeiros, e em novembro de 2013 para incluir novos requerimentos para contabilidade de hedge. Outra revisão do CPC 48 foi emitido em julho de 2014 e incluiu, principalmente: (a) requerimentos de impairment para ativos financeiros; e (b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação "a valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVOCI) para alguns instrumentos de dívida simples. A seguir estão demonstradas as reclassificações de categorias comparativas dos ativos e passivos financeiros:

	31/12/2020		31/12/2019	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	91.837.426	91.837.426	236.877.001	236.877.001
Adições e exclusões Permanentes:				
Brindes e patrocínios	1.087.742	1.087.742	1.405.483	1.405.483
Provisões não dedutíveis	3.081.455	3.081.455	30.943.994	30.943.994
Resultado Líquido de adequação ao CPC 06 (R2)	246.813	246.813	433.487	433.487
Juros sobre Capital Próprio	(11.849.127)	(11.849.127)	(13.894.700)	(13.894.700)
Total	84.404.309	84.404.309	255.765.265	255.765.265
Alíquota nominal do imposto de renda (1) e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação (21.077.077)	(7.596.388)	(63.917.316)	(23.018.874)	
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:				
(-) Incentivo PAT Lei Rouanet	874.216	-	1.713.208	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(20.202.861)	(7.596.388)	(62.204.108)	(23.018.874)
(-) Incentivo Fiscal SUDENE	(11.184.222)	-	30.246.338	-
Imposto de renda e contribuição social	(9.018.639)	(7.596.388)	(31.957.770)	(23.018.874)

(1) Esta alíquota já considera o adicional de Imposto de Renda sobre o lucro excedente a R\$ 240milhão.

7. DÉBITOS E CRÉDITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDA E COMPRA DE GÁS: Débitos nas operações de venda de gás: Os débitos provêm do recebimento de valores de clientes referente a quantidade de gás paga e não retirada a título de *Take Or Pay* (ToP) previsto no contrato de venda de gás natural, firmado entre a Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS e seus clientes do mercado não termelétrico, podendo ser recuperado pelo cliente, no todo ou em parte, durante a vigência do contrato. Em 31 de dezembro de 2020 o montante a ser recuperado pelos clientes monta em R\$ 11.969.781 (2019 - R\$ 15.458.027). **Créditos nas operações de compra de gás:** Em 31 de dezembro de 2020 não haviam saldo de créditos nas operações de compra de gás (2019 - R\$ 6.800.705) que referia-se ao pagamento antecipado à Petrobrás referente a quantidade de gás paga e não retirada, conforme Contrato firmo flexível, datado de 01 de março de 2009 e aditivo, firmado com a fornecedora de gás natural - Petrobras. Assim, quando apurada diferença positiva entre a obrigação de retirada mensal ou anual, em relação a quantidade de gás efetivamente retirada no mês ou no exercício, respectivamente, a Companhia é obrigada a pagar à Petrobras, o valor correspondente à diferença. A quantidade paga e não retirada poderá ser recuperada até 365 dias após o final da vigência do contrato e no limite do valor do depósito obrigatório pela versão do preço do gás. Para o contrato de compra e venda de gás para a Termopernambuco, o prazo de recuperação e pagamento das quantidades pagas e não retiradas se dá até o último mês do sétimo ano seguinte ao da apuração da quantidade paga e não retirada de um determinado ano. Após o término do contrato, incluída as hipóteses de prorrogação, excetuada a hipótese de rescisão provocada pela TERMO-PERNAMBUCO, os saldos de quantidades pagas e não retiradas serão recuperados:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo em 31 de dezembro de 2019		6.800.705
(+) Adições	-	-
(+) Atualização de preço	-	-
(-) Compensações	-	6.800.705
Saldo em 31 de dezembro de 2020		-

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS:

	31/12/2020	31/12/2019
Processos trabalhistas	238.026	238.296
Processo nº 2004.83.00.006156-0	(a) 245.805	341.429
Processo nº 19647.002358/2003-51	(a) 662.050	654.540
Processo nº 2004.83.00.018397-5	(b) 729.897	720.942
Processo nº 10480.012750/2002-01	(a) 7.408.898	7.320.582
Processo nº 08192844720194058300	(a) 1.284.260	1.284.260
Outros	2.127.268	2.112.415
Total	12.796.371	12.672.554

(a) Processo de reconhecimento da isenção do IRPJ; (b) Processo de abstenção de cobrança da faixa de domínio federal cobrada pelo DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes;

Movimentações dos depósitos judiciais:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	12.672.554	13.354.992
Adições e atualização monetária	123.817	1.615.117
Baixas	-	(2.297.555)
Saldo no final de exercício	12.796.371	12.672.554
9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS:		
IRPJ Diferido	31/12/2020	31/12/2019
CSLL Diferida	8.144.573	7.700.765
CSLL Diferida	2.932.047	2.772.276
Total	11.076.620	10.473.041

Tributos e contribuições sociais diferidos são gerados por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e bases fiscais de ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados. Os impostos diferidos ativos foram mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos. A natureza desses saldos está diretamente relacionada às provisões de contingências. A realização desse ativo diferido está estimada para período superior a 4 (quatro) anos.

10. IMOBILIZAÇÃO - ARRENDAMENTO MERCANTIL:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo de Direito de Uso - Imóveis	10.582.573	10.234.141
Amortização	(1.580.496)	(765.820)
Total	9.021.671	9.468.321

A vigência do contrato de arrendamento é de 15 anos com término em 2032. A taxa incremental utilizada para ajuste ao valor presente foi de 9,90% ao ano. Os contratos são atualizados anualmente pelo INPC.

11. INTANGÍVEL: A amortização foi calculada com base no prazo dos ativos formados em conformidade com o contrato de concessão (10 anos) e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços. Portanto, 10 anos é, no entendimento da Administração, o prazo padrão de consumo do benefício econômico gerado pelos seus ativos intangíveis, e, consequentemente, da sua vida útil estimada. Neste sentido, a Administração considera que a sua interpretação vai ao encontro das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no tocante aos itens 98, 98A e 98B do CPC 04 R1, além de retratar com transparência a aderência das mesmas ao negócio da Companhia. A aplicação de prazo de amortização diverso daquele definido no regra contratual gera um resultado que, na interpretação da Administração, não reflete a realidade do negócio da Companhia, por que: (i) 10 anos é, de forma taxativa, o período definido no Contrato de Concessão para a recuperação dos investimentos realizados pela Concessionária na construção da infraestrutura; e (ii) a margem da Concessionária definida a partir da aplicação das regras contratuais é o instrumento que permite o equilíbrio entre a receita e os custos da atividade. Nos quadros a seguir apresenta-se a movimentação do intangível no exercício.

	Consolidado		31/12/2019		Categoria CPC 48/IAS 9
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor justo	
Ativo (Circulante e não circulante)					
Caixa e equivalentes de caixa	4	30.383.260	30.383.260	10.724.696	Custo amortizado
Contas a receber, líquidas	5	234.714.073	234.714.073	197.196.802	Custo amortizado
Gás Pago e Não Retirado (Take Or Pay)	7	-	-	6.800.705	Valor justo por meio do resultado
Títulos e Valores Mobiliários	4	25.230.810	25.230.810	132.498.367	Custo amortizado
Total		290.328.143	290.328.143	347.220.570	347.220.570
Passivo (Circulante e não circulante)					
Fornecedores	12	182.258.413	182.258.413	114.142.933	Custo amortizado
Gás Pago e Não Retirado (Take Or Pay)	7	11.969.781	11.969.781	15.458.027	Valor justo por meio do resultado
Total		194.218.194	194.218.194	129.600.960	129.600.960

Os Administradores da sociedade mantiveram a previsão esperada de crédito de liquidação duvidosa com base em acompanhamento das perdas ocorridas nos últimos 5 anos, e não identificaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. **(j) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possui uma estimativa de maneira confiável. **(k) Planos de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. **(l) Demonstrações de valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações de valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP e está sendo divulgada como informação financeira complementar.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E CONTA DE CUSTÓDIA: A composição do Caixa e seus equivalentes, apresentadas no Ativo Circulante, são:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	30.383.260	10.724.696
Aplicações financeiras (a)	25.230.810	132.498.367
Total de Caixa e Equivalente de Caixa	55.614.070	143.223.063
Conta de Custódia (b)	282.752	282.752
Total de Caixa e Equivalente de Caixa e conta de custódia	55.896.822	143.505.815

(a) As aplicações financeiras são realizadas observando a Norma Interna de Investimentos Financeiras, aprovada pelo Conselho de Administração, que prevê a aplicação em CDB's (Certificado de Depósito Bancário) referenciados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Em 31/12/2020 essas aplicações financeiras estão sendo rentabilizadas a 104% do CDI (2019 - 104%). As mesmas são efetivamente usadas no dia a dia das atividades da Companhia possuindo liquidez imediata e não há perda significativa de valor. (b) Valores retidos em conta corrente do Banco do Brasil, que originalmente foram depositados pela TERMO-PERNAMBUCO S.A., para pagamentos de faturas à Companhia com constituição de contravénsia.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2020	31/12/2019
TERMO-PERNAMBUCO S.A. (a)	98.477.529	83.917.217
Clientes do segmento industrial	96.138.443	55.215.263
Clientes do segmento veicular	6.969.757	8.890.510
Clientes do segmento autoprodutor	76.926.404	66.555.209
Outros	(4.525.199)	(13.641.870)
Total de contas a receber	237.037.332	198.220.061
(-) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	(23.323.259)	(23.232.259)
Total	213.714.073	174.987.802

Circulante
 Não Circulante (b)

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	160.947.117	140.541.593
Não Circulante (b)	73.766.956	56.655.209
Total	234.714.073	197.196.802

(a) Os valores correspondentes às vendas de gás natural junto à TERMO-PERNAMBUCO S.A. são faturados mensalmente, com vencimento da parcela de Transporte até o 15º dia seguinte ao mês de consumo e as parcelas de Commodity e Remuneração COPERGÁS em 35 dias contados do primeiro dia do mês seguinte ao mês de consumo. A composição do saldo de clientes por idade de vencimento é a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	157.740.889	139.613.251
Vencidos há 60 dias (b)	5.509.894	7.574.708
Vencidos há mais de 90 dias (c)	73.766.549	51.232.104
Total	237.037.332	198.320.061

	31/12/2020	31/12/2019
Crédito Pis/Cofins (a)	311.322	309.182
Saldo negativo - IRPJ/CSLL (b)	20.460.241	12.855.681
ICMS (c)	6.522.287	2.153.624
Outros	37.336	-
Total	27.331.186	15.318.487

(a) Crédito de PIS/COFINS referente da amortização do gás em função de arrendamento mercantil e depreciação na fonte. (b) Tanto o IRPJ como a CSLL apresentam saldo negativo na apuração do Lucro Real de 2020 e 2019. Tais valores serão utilizados em compensações no exercício subsequente. (c) Saldo positivo preliminar do crédito sobre aquisição de bens permanentes.

6.2 Tributos a Pagar:

	31/12/2020	31/12/2019
ICMS a recolher - Regime normal	564.246	564.246
ICMS a recolher - Diferencial de alíquota	81.994	486.314
PIS/COFINS/IR e Contribuição Social	208.932	1.340.438
IRRF - Folha de pagamento	422.510	425.479
INSS - Folha de pagamento	1.042.996	512.563
INSS retido na Fonte	193.014	256.718
ISS retido na fonte	171.109	225.440
8.846.320 a receber	8.846.320	2.832.760
Outros	277.868	710.474
Total	6.244.743	7.358.422

6.3 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro: (i) **Subvenções governamentais:** Em 26 de dezembro de 2019, foi expedida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE o Laudo Constitutivo 0279/2019, que concedeu à Copergás o benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, em função da capacidade instalada do empreendimento de 2.569.965.000 m³/ano por um prazo de 10 anos, contados a partir do 01 a.m. calendário de 1º de janeiro de 2019, considerando as atividades de produção, de tratamento e de distribuição do gás natural em tubulações. De acordo com o artigo 3º do Decreto nº 4.213 de 26 de abril de 2012, a Copergás protocolará no decorrer de 2021, junto à Receita Federal do Brasil - RFB, o Pedido de Reconhecimento de direito à redução do IRPJ. É válido ressaltar que a Companhia usou o referido benefício até 31 de dezembro de 2023 através do Ato Declaratório Executivo DFR/REC Nº 62 (publicado no D.O.U. de 28/04/2019) no qual a RFB declarou reconhecido o direito da Copergás de usufruir do benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração. Conforme disposição da Lei nº 11.638/07, o valor correspondente à redução do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração foi contabilizado diretamente no resultado da Companhia, na rubrica de imposto de renda. Ao final de cada exercício social, a parcela correspondente ao incentivo apurado no exercício é transferida para a reserva "incentivos fiscais (Reserva de Lucros)", para posterior integralização ao Capital Social da Companhia. **(ii) Imposto de renda e contribuição social:** A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada:

continuação

COMPOSIÇÃO DO INTANGÍVEL

	31/12/2020			31/12/2019		
	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido
Pesquisa e desenvolvimento	166.200	-	166.200	166.200	-	166.200
Terrenos	1.018.982	-	1.018.982	1.018.982	-	1.018.982
Edificações	162.868	(76.922)	85.946	162.868	(64.932)	97.936
Benf. em imóveis de terceiros	5.533.578	(4.991.205)	542.373	5.483.854	(4.861.795)	622.059
Instalações	434.807.598	(312.136.382)	122.671.216	386.116.872	(292.144.219)	93.972.653
Móveis e utensílios	2.474.376	(1.703.676)	770.700	2.293.026	(1.557.817)	735.209
Máquinas e equipamentos	4.735.654	(4.460.187)	275.467	4.700.804	(3.668.724)	1.032.080
Equipamentos de informática	18.031.199	(8.594.333)	9.436.866	15.599.678	(7.144.164)	8.455.514
Obras em andamento	74.304.076	(5.058.254)	69.245.822	69.033.195	-	69.033.195
Participação financeira	11.269.457	-	11.269.457	11.269.457	(3.931.277)	7.338.180
552.745.988	(337.395.959)	215.350.029	495.844.716	(313.372.928)	182.471.788	

	Taxa de amortização % a.a.	Saldo inicial em 01/01/2020	Adições	Transferências	Baixas	Saldo final em 31/12/2020
Pesquisa e desenvolvimento	10	166.200	-	-	-	166.200
Terrenos	-	1.018.982	-	-	-	1.018.982
Edificações	10	162.868	-	-	-	162.868
Benf. em imóveis de terceiros	10	5.483.854	49.744	-	-	5.533.578
Instalações	10	386.116.672	4.660.628	44.120.298	-	434.807.598
Móveis e utensílios	10	2.293.026	181.350	-	-	2.474.376
Máquinas e equipamentos	10	4.700.803	34.951	-	-	4.735.654
Equipamentos de informática	10	15.599.678	2.431.520	-	-	18.031.199
Obras em andamento	10	69.033.195	49.862.349	(44.120.298)	(319.170)	74.304.076
Participação financeira	10	11.269.457	-	-	-	11.269.457
Subtotal		495.844.716	57.220.442	(319.170)	-	552.745.988
(-) Amortização acumulada		(313.372.928)	(24.023.031)	-	-	(337.395.959)
Total do intangível		182.471.788	33.197.411	(319.170)	-	215.350.029

	Taxa de amortização % a.a.	Saldo Inicial em 01/01/2019	Adições	Transferências	Baixas	Saldo final em 31/12/2019
Pesquisa e desenvolvimento	10	121.200	45.000	-	-	166.200
Terrenos	-	1.018.982	-	-	-	1.018.982
Edificações	10	162.868	-	-	-	162.868
Benf. em imóveis de terceiros	10	5.417.468	70.910	-	(4.544)	5.483.854
Instalações	10	379.020.639	5.704.283	1.652.659	(260.909)	386.116.672
Móveis e utensílios	10	2.069.314	223.712	-	-	2.293.026
Máquinas e equipamentos	10	4.604.548	96.255	-	-	4.700.803
Equipamentos de informática	10	11.894.359	3.704.720	-	-	15.599.678
Obras em andamento	10	44.321.909	26.663.625	(1.652.659)	(299.680)	69.033.195
Participação financeira	10	11.269.457	-	-	-	11.269.457
Subtotal		459.901.344	36.508.505	(665.133)	(595.133)	495.844.716
(-) Amortização acumulada		(282.699.512)	(30.673.417)	-	-	(313.372.928)
Total do intangível		177.201.832	5.835.088	(665.133)	-	182.471.788

	31/12/2020	31/12/2019
Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras	166.939.195	108.527.905
Fornecedores Diversos	15.319.218	5.893.317
Total de Fornecedores	182.258.413	114.421.222
Circulante	181.980.124	114.142.933
Não Circulante	278.289	278.289
182.258.413	114.421.222	

12. FORNECEDORES
Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras
Fornecedores Diversos
Total de Fornecedores
Circulante
Não Circulante

Cerca de 92% (2019 - 95%) do saldo em aberto em 31 de dezembro de 2020 está vinculado à Petrobras Brasileira S/A - Petrobras, decorrentes de faturas por aquisição de gás natural.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 13.1 Capital Social: O capital social é composto de 153.914.704 (2019 - 131.488.739) ações sem valor nominal, sendo 51.303.902 (2019 - 43.829.581) ações ordinárias, e 102.610.802 (2019 - 87.659.158) ações preferenciais, todas de classe única. O valor total do Capital Social em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 207.812.930 (2019 - R\$ 177.366.592). O capital autorizado é de 300.000.000 de ações. As ações preferenciais são nominativas não resgatáveis, não possuem valor nominal, não têm direito a voto e gozam da prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório e no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia. 13.2 Dividendos Propostos e Juros sobre o Capital Próprio: O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei nº 6.404/76, nos termos do seu artigo 202. A proposta de distribuição do lucro líquido relativo ao exercício de 2020, que está sendo encaminhada pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária, no montante de R\$ 75.825.976 (2019 - R\$ 192.373.398), pode ser demonstrada como segue:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	75.825.976	192.373.398
(-) Reserva legal - 5% até o limite de 20% do capital social	(3.791.299)	(2.215.134)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(11.184.222)	(30.246.337)
Lucro líquido ajustado para a determinação do dividendo	60.850.457	159.911.927
Distribuição proposta, equivalente a 100% do Lucro Líquido ajustado - R\$ 0,40 por ação (100% em 2019, R\$ 1,22 por ação), composta de: Dividendo mínimo obrigatório (25% do lucro básico) Juros sobre o capital próprio	15.212.614	39.977.982
Imposto de Renda Retido na Fonte	(1.475.216)	(1.729.890)
Dividendo complementar ao mínimo obrigatório	4.838.703	27.813.172
Juros sobre o capital próprio	15.212.614	39.977.982
Dividendo complementar ao mínimo obrigatório	11.849.127	13.894.700
Dividendos adicionais propostos	4.838.703	27.813.172
Total Proposto	44.162.827	118.204.055
Os Juros sobre o Capital Próprio de R\$ 11.849.127 (2019 - R\$ 13.894.700) foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de imposto de Renda, sendo, R\$ 10.373.911 (2019 - R\$ 12.164.810) distribuídos de acordo com a participação societária de cada acionista. Tais Juros estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte ao percentual de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95. 13.3 Lucro por ação: O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito a dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ação em tesouraria que dilua o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído. No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e quantidades de ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:		

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro Líquido de Exercício atribuído aos acionistas da Companhia	75.825.976	192.373.398
Total de ações ordinárias e preferenciais	153.914.704	131.488.739
Lucro por ação	0,49	1,46

14. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: (i) Operações com pessoal-chave da Administração: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a remuneração total dos conselheiros de administração e diretores da Companhia foi de R\$ 2.047.419 (2019 - R\$ 2.064.587), respectivamente.

(ii) Transações com partes relacionadas

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Clientes (a)	76.926.404	56.655.209
Títulos de Crédito a receber (b)	19.376.008	8.823.608
Créditos nas operações de compra e venda de gás	-	6.800.705
Passivo		
Fornecedores (c)	166.939.195	108.527.905
Dividendos e reembolsos aos acionistas	5.460.689	27.916.764
Juros sobre Capital Próprio	10.373.911	-
Resultado	935.366.972	880.173.572

extensão aproximada de 53Km, cuja obra foi concluída no decorrer de 2016, conforme aprovado pela Agência Reguladora. (b) Amortização calculada à taxa de 10% a.a. em conformidade com os prazos dos contratos de suprimento com os clientes.

17. PROVISÃO DE CONTINGÊNCIAS

	31/12/2020	31/12/2019
Contingências trabalhistas	616.452	22.000
Contingências fiscais	1.801.764	420.249
Contingências cíveis (a)	31.094.903	31.296.722
33.513.203	31.737.971	

(a) R\$ 30.803 mil refere-se a contingência provisionada sobre ação judicial indenizatória movida pela BRASILENCOOP ENGENHARIA, mencionada na Nota 23. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia possuía litígios com probabilidade de perda possível distribuídos pelas seguintes naturezas:

	31/12/2020	31/12/2019
Cível	323.268.014	270.580.635
Fiscal	-	1.282.517
Trabalhistas	1.437.395	1.257.349
324.705.409	273.120.501	

Os principais litígios estão detalhados na Nota explicativa 23.

18. RECEITAS LÍQUIDA DE VENDAS

	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta de vendas e serviços	415.569.338	478.162.568
Vendas - Segmento Termoeletróico	743.935.995	833.403.532
Vendas - Segmento Industrial	179.950.038	189.979.696
Serviços - Segmento Veicular	20.271.194	19.485.493
Outras vendas	30.449.755	28.799.667
Deduções da Receita Bruta	(5.161.723)	(6.178.817)
324.705.409	1.437.092.193	

	31/12/2020	31/12/2019
Tributos sobre as vendas e serviços	(290.917.271)	(323.072.690)
1.094.997.326	1.164.019.448	

A redução de aproximadamente R\$ 102 milhões no total da receita bruta decorreu da diminuição no volume de vendas principalmente nos segmentos industrial e termoeletróico, decorrente do advento da pandemia da COVID-19, que trouxe impactos negativos no decorrer do exercício, sendo que no 2º trimestre de 2020, observamos um forte impacto no segmento industrial. Já o despacho termoeletróico foi prejudicado em diversos meses do advento da pandemia da COVID-19. A tarifa de serviços (TUSD) não foi reajustada durante o exercício.

19. CUSTOS DOS PRODUTOS/SERVIÇOS VENDIDOS

	31/12/2020	31/12/2019
Commodity segmento termoeletróico	(335.041.443)	(191.665.799)
Commodity segmento industrial	(468.441.162)	(546.865.766)
Commodity segmento veicular	(122.933.353)	(139.445.915)
Amortização	(20.438.315)	(27.408.995)
Custos com materiais e serviços	(5.530.629)	(6.753.993)
Outros	(1.880.015)	(4.892.417)
(970.564.913)	(922.972.885)	

Apesar da queda no faturamento da Companhia, quando analisamos a variação dos custos é observado um aumento de aproximadamente R\$ 48 milhões que tem relação direta com as despesas realizadas à Petrobras em maio/2019 decorrente do cumprimento da sentença final de arbitragem da controversia de ICMS destacado.

20. DESPESAS OPERACIONAIS: 20.1 Despesas Comerciais:

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(5.358.118)	(6.703.346)
Conversão de Clientes	(2.059.706)	(6.492.813)
Outras	(755.875)	(495.155)
(8.173.699)	(11.691.404)	

20.2 Despesas gerais e administrativas:

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(18.056.872)	(18.130.861)
Tributárias	(7.807.284)	(11.671.394)
Serviços Pessoa Jurídica	(3.468.214)	(4.845.866)
Aluguéis	(872.289)	(2.689.903)
Participações nos Lucros e Resultados	(1.713.916)	(4.298.394)
Amortização	(2.668.987)	(2.336.987)
Administrativas	(5.436.829)	(6.195.312)
(40.222.461)	(52.169.327)	

A redução nos custos de aluguel é decorrente da aplicação do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil. 20.3 Outras receitas (despesas) operacionais: De acordo com o contrato celebrado entre a Petrobras Brasileira S/A - PETROBRAS e a Companhia Pernambucana de Gás - COPERGAS, tendo como interveniente a TERMOOPERAMBUCO S/A, caso haja falha no fornecimento de gás natural à Usina Térmica TERMOOPERAMBUCO, por responsabilidade da PETROBRAS, esta pagará à COPERGAS o valor equivalente à multiplicação da diferença entre a quantidade mínima de retirada de gás contratual e a efetivamente retirada, pela remuneração unitária da COPERGAS.

	31/12/2020	31/12/2019
Receita de TOP/SOP Termoeletróico	207.170.833	36.765.634
Receita de falha de programação/fornecimento Termoeletróico	2.135.181	6.649.774
Penalidade de programação Não Termoeletróico	1.868.035	30.458.467
Atualização de Take or Pay com supridor	-	2.388.476
Outras receitas operacionais	7.656.244	700.152
Total de outras receitas operacionais	218.830.293	76.962.493
Custo de TOP / SOP Termoeletróico	(196.853.799)	(20.053.506)
Custo de falha de programação/fornecimento Termoeletróico	-	(7.402.193)
Custo de TOP Não Termoeletróico	-	(1.180.553)
Atualização de Take or Pay com clientes	(3.786.672)	(2.344.448)
Provisões com contingências (a)	(1.975.966)	(30.803.061)
Outras despesas	(1.600.922)	(2.474.692)
Total de outras despesas operacionais	(204.017.294)	(73.288.453)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	14.813.009	3.674.040

(a) Principal contingência provisionada refere-se a ação judicial indenizatória movida pela BRASILENCOOP ENGENHARIA, mencionada na Nota 23.

20.4 Receitas (Despesas) Financeiras

	31/12/2020	31/12/2019
Juros/multas-obrigações fiscal e social	(18.461)	(7.263)
Descontos concedidos	(7.750)	(5.670)
Variação monetária de ativos de direito de uso de arrendamento	(1.119.177)	(1.127.900)
Outras despesas financeiras	(12.839)	994
Total das Despesas Financeiras	(1.158.227)	(1,140.927)
Receita sobre aplicações financeiras	1.976.623	5.618.530
Juros e Multas	314.351	1.063.813
Atualização de créditos fiscais e depósitos judiciais	552.090	869.469
Atualização monetária/juros incorridos sobre arbitragem (a)	4.426	32.217
Outras	2.846.490	67.158.065
Total das Receitas Financeiras	5.334.910	74,822,135

(a) Valor referente à Atualização monetária/juros decorrente do cumprimento da sentença final da arbitragem da controversia de ICMS registrada no exercício de 2019. 20.5 Receita e Custo de Construção: Consoante o exposto na Nota 3, a construção de infraestrutura é considerada como prestação de serviços ao Poder Concedente, sendo que a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, tendo em vista que não existe margem definida no Contrato de Concessão para esse serviço e considerando que a administração não entende a construção de infraestrutura como fonte de resultado.

	2020	2019
Receita de Construção	56.901.288	37.131.478
Custo de Construção	(56.901.288)	(37.131.478)
Resultado	-	-

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: 21.1 Gerenciamento de riscos: A Companhia mantém uma política de gerenciamento de riscos que probe a negociação especulativa e comercial, com contratos firmados com instituições de grande porte e que apresentem

(a) Refere-se a cobrança dos Serviços de Utilização do Sistema de Distribuição de gás, através da TUSD, (b) Penalidade de Falha de Fornecimento e de gás termoeletróico. (c) Es- ses valores referem-se aos débitos existentes com a PETROBRAS, relacionados ao forne- cimento de gás natural; (d) Valor líquido de tributos incidentes na aquisição. Diante das mudanças ocorridas no mercado de gás, no ano de 2019, a COPERGAS participou de uma chamada pública coordenada com as distribuidoras do nordeste para aquisição de gás natural. Apesar desse estímulo ao aumento da concorrência no suprimento de gás, em 23/12/2019, a COPERGAS e a Petrobras Brasileira S/A - PETROBRAS firmaram novo contrato de fornecimento de Gás Natural, na modalidade Firmo Inflexível no montante de R\$ 1.998.977 mil, no entanto, abrindo espaço para novos supridores a partir de 2021. Em fevereiro de 2021, foi firmado o 1º aditamento contratual no supridor, elevando a Quantidade Diária Contratual (m³/dia) para 1.540.000 m³/dia no período compreendido dentre 1º de março a 31 de dezembro de 2021. A seguir o período e QDC do novo contrato firmado:

Período	Quantidade Diária Contratual (m³/dia)
De 01/01/2020 a 28/02/2021	1.500.000
De 01/03/2021 a 31/12/2021	1.540.000
De 01/01/2022 a 31/12/2022	750.000
De 01/01/2023 a 31/12/2023	500.000

Persistindo em buscar maior concorrência e melhores condições de preços, em 2020, a COPERGAS iniciou mais um processo de chamada pública que resultou no recebimento de 18 propostas de oito participantes, sendo a Shell e empresa vencedora que passou para a fase de negociação contratual visando o fornecimento nos anos de 2022 e 2023, com QDC 750.000 m³/dia e 1.000.000 m³/dia. Em relação ao suprimento de gás natural para fornecimento à cliente termoeletróico, que possui contrato exclusivo e independente dos demais clientes, relacionado com o fornecimento de gás à TERMOOPERAMBUCO S.A., no qual consta a PETROBRAS como interveniente, existe compromisso de compra de quantidade de gás natural em relação a quantidade diária contratada até o ano de 2024 de 2.150.000 m³/dia. A partir de maio de 2024 até o último ano da vigência do contrato, tanto a Companhia como a TERMOOPERAMBUCO S.A. estão sujeitas às seguintes penali- dades contratuais: i. Em relação à commodity: Quando o volume de compra mensal for inferior a 70% (setenta por cento) da quantidade diária contratada, deduzidas, neste cálculo, as situações de não-entrega ou não-recebimento de Gás por falha no fornecimento, paradas programadas ou por caso fortuito ou força maior. ii. Em relação ao transporte: Quando o volume de compra mensal seja inferior a 95% (noventa e cinco por cento) da quantidade diária contratada, deduzidas, neste cálculo, as situações de não-entrega ou não-recebimento de gás por falha no fornecimento ou por caso fortuito ou força maior. As referidas penalidades contratuais são determinadas com base na multiplicação da diferença entre os volumes mínimos contratuais indicados nos itens I e II acima e a retirada de gás pelo valor da parcela relativa à commodity e transporte, respectivamente, constante do preço de gás vigente no último dia do mês do ano de fornecimento a que se referem, com PIS/COFINS e exclusivos os tributos incidentes sobre sua comercialização. Os valores das penalidades deverão ser pagos pela Companhia e TERMOOPERAMBUCO S.A. no mesmo prazo e segundo as mesmas regras e demais condições para pagamento de fatu- ras de gás relativo ao período de faturamento. As transações mercantis com a Petrobras Brasileira S/A - PETROBRAS, empresa ligada, estão sendo realizadas de acordo com os preços estabelecidos nos referidos contratos celebrados.

15. PASSIVO DE ARRENDAMENTO: A partir do exercício de 2019 a Companhia reconhe- ceu em seus registros contábeis um passivo de arrendamento mercantil referente ao imó- vel locado para as atividades da sede.

	31/12/2020	31/12/2019
Passivo de Arrendamento	1.681.440	1.623.836
Ajuste a Valor Presente	(1.074.306)	(1.090.334)
607.134	533.502	

Ataxa incremental utilizada para ajuste ao valor presente foi de 9,50% ao ano. Os contratos são atualizados anualmente pelo

Diagnóstico

Estudo de Pernambuco

Poder Executivo

Recife, 23 de março de 2021

Ano XCVIII • Nº 56

→ continuação
espécies com instrumentos financeiros desta natureza. A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: Risco de crédito (ii); Risco de liquidez (iii); e Risco de mercado (iv). (f) **Estrutura de gerenciamento de risco:** O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade quanto à aprovação das políticas de gestão e monitoramento de risco da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. (g) **Risco de Crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Os montantes envolvidos estão registrados principalmente no contas a receber de clientes e de saldo de instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. **Contas a receber de clientes e outros recebíveis:** A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e dos segmentos nos quais o cliente opera. Detalhes sobre a concentração de receita estão na nota explicativa nº 18. A Companhia vem acompanhando mensalmente a situação da inadimplência dos seus clientes, buscando mitigar quaisquer riscos que possam vir a ocorrer. Medidas administrativas e legais também fazem parte das ações praticadas pela Companhia. A Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de acordo com cada segmento comercial. A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de risco de crédito referente a 'Contas a receber de clientes'. Em 31 de dezembro de 2020, a exposição máxima ao risco de crédito para Contas a receber de clientes está conforme apresentada na nota explicativa nº 18. A Administração acredita que os montantes que não sofrerem perda por recuperáveis e que estão vencidos e que estão vencidos há mais de 30 dias ainda são cobráveis integralmente, com base em histórico de comportamento de pagamento e em análises detalhadas do risco de crédito dos respectivos clientes. **Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia detinha 'Caixa e equivalentes de caixa' de R\$ 55.614.070 em 31 de dezembro de 2020 (2019 - R\$ 143.220.053). O risco associado ao saldo de 'Caixa e equivalentes de caixa' é minimizado através da seleção de instituições financeiras bem conceituadas. (h) **Risco de Liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, não prejudicando a reputação da Companhia. A Companhia busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros para os próximos 30 dias. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do 'Contas a receber de clientes' em conjunto com as saídas relacionadas à 'Fornecedores e outras contas a pagar'. (i) **Risco de Mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Risco de taxa de juros: A Companhia entende que a exposição de risco de taxas de juros relativos aos passivos financeiros está limitada ao arrendamento mercantil. Nos exercícios finais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a Companhia não apresenta dívida de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, estando exposta apenas ao juros sobre arrendamento mercantil, afetado a taxa prefixada. Com relação aos ativos financeiros, as aplicações realizadas atendem aos critérios definidos em Política de Aplicação Financeiras aprovada pelo Conselho de Administração, que estabelece requisitos para escolha de instituições financeiras, seleção de modalidades de aplicação e concentração de recursos. **Risco Regulatório:** Em conformidade com o Contrato de Concessão, a Copergás vem solicitando anualmente a revisão do margem, com base na aplicação do Anexo I do Contrato, tendo a Agência de Regulação de Pernambuco - ARPE realizado audiências públicas para subsidiar e dar transparência a este processo de aprovação da margem de distribuição anual. Desta forma, a margem média vigente a partir de agosto de 2020 passou a ser de R\$ 0,2475/m³. Com relação ao mecanismo de repasse do custo do gás, os repasses trimestrais têm ocorrido regularmente, porém as parcelas relativas ao preço de gás ultrapassagem e encargo de capacidade ainda carecem de criação de mecanismo, a exemplo de conta gráfica, para que o repasse seja efetivado, o que será objeto de solicitação da Copergás em 2021. Importante regulamentação por parte do Poder Concedente e Agência Reguladora ocorreu em 2020, relativo ao atendimento por meio de sistemas de redes locais isoladas de gás natural canalizado, através do Decreto nº 49.226, de 27 de julho de 2020 e Resolução ARPE nº 17, de 10 de dezembro de 2020. Destes modos, a Companhia

a implantação de redes locais para atendimento a regiões distantes da rede principal de gasodutos da Copergás, proporcionando a oferta de gás natural a municípios como Petrolina e Garanhuns. **Análise de Sensibilidade:** Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos ativos e passivos financeiros a qual a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2020, em complemento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros. Evidenciação, foram definidos cinco cenários diferentes e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indexadores desses instrumentos. Com base no Sistema de Expectativas Banco Central de 22 de janeiro de 2021, foram extraídas as projeções dos indexadores CDI, IPCA e IGP-M, os indexadores TJLP foi extraído do site oficial do BNDDES, e o indexador WTI/USP - West Texas Intermediate Spot Average foi extraído da variação da cotação barril petróleo de referência da região do golfo do México, publicada pela Agência de Energia dos Estados Unidos (EIA - Energy Information Administration) para o ano de 2021 e estes foram definidos como o cenário provável, e a partir desse foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente. Indexadores: dos ativos e passivos financeiros:

Indexador	Queda		Cenário		Aumento	
	de 50%	de 25%	Provável	de 25%	de 50%	de 50%
CDI	2,25%	3,38%	4,50%	5,63%	6,75%	7,88%
IPCA	1,75%	2,63%	3,50%	4,38%	5,25%	6,13%
TJLP	2,20%	3,29%	4,39%	5,49%	6,59%	7,68%
IGP-M	2,76%	4,14%	5,52%	6,90%	8,28%	9,66%
BRENT	0,70%	1,05%	1,40%	1,76%	2,11%	2,47%

Disponibilidades e aplicações financeiras
Caixa e equivalentes de Caixa
Aplicações Financeiras
Clientes

	31/12/2020	Queda de 50%	Queda de 25%	Provável	Cenário de 25%	Aumento de 25%	Aumento de 50%
N/A	30.383.260	-	-	-	-	-	-
104% CDI	25.230.810	567.693	851.540	1.135.386	1.419.233	1.703.080	2.086.927
IGP-M	234.714.073	6.478.108	9.717.163	12.956.217	16.195.271	19.434.325	22.673.379
IPCA	182.258.413	3.189.522	4.784.283	6.379.044	7.973.806	9.568.567	11.163.328
BRENT	11.960.781	83.975	125.963	167.950	209.938	251.925	293.912
		3.273.497	4.910.246	6.546.995	8.183.743	9.820.492	11.457.242

Fornecedores
Take or Pay com clientes

	31/12/2020	Queda de 50%	Queda de 25%	Provável	Cenário de 25%	Aumento de 25%	Aumento de 50%
N/A	30.383.260	-	-	-	-	-	-
104% CDI	25.230.810	567.693	851.540	1.135.386	1.419.233	1.703.080	2.086.927
IGP-M	234.714.073	6.478.108	9.717.163	12.956.217	16.195.271	19.434.325	22.673.379
IPCA	182.258.413	3.189.522	4.784.283	6.379.044	7.973.806	9.568.567	11.163.328
BRENT	11.960.781	83.975	125.963	167.950	209.938	251.925	293.912
		3.273.497	4.910.246	6.546.995	8.183.743	9.820.492	11.457.242

Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. A Companhia não inclui informações adicionais sobre o valor justo de ativos e passivos financeiros, uma vez que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

22. COBERTURA DE SEGUROS (Não auditado): Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado no montante de R\$ 523.648.504 (2019 - R\$ 497.066.587), bem como seguros de responsabilidade civil para as operações no montante de R\$ 10.000.000, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais perdas.

23. PROCESSOS JUDICIAIS: G&S S.A.: A Companhia possui ações judiciais, nas quais figura no polo passivo, e que segundo seus consultores jurídicos contratados, elas apresentam risco de perda possível, motivo pelo qual não se encontram provisionadas. Para a Ação Ordinária de Rescisão Antecipada do Contrato Administrativo DTC 001/05, cumulado com Indenização por Perdas e Danos, movida pela GDK S.A., que pleiteia a rescisão indireta do referido Contrato e indenização por prejuízos estimados em R\$ 55 milhões, se tem que a sentença de mérito proferida em março de 2010 foi anulada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em julho de 2014, para que a instrução processual fosse reaberta para oportunizar às partes a produção de provas, e consequentemente, a realização de novo julgamento. Tal decisão foi mantida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), operando o trânsito em julgado e retomando o processo para a 27ª vara civil de Recife/PE, que analisará a competência da vara civil ou da fazenda pública, a partir de então seguir com a reabertura da fase probatória. O valor atualizado da causa em 31 de dezembro de 2020, segundo os consultores jurídicos, está estimado em um montante de cerca de R\$ 283 milhões (2019 - R\$ 238 milhões) e consideram a probabilidade de perda possível.

BRASILENCOR ENGENHARIA, MEIO AMBIENTE E GESTÃO CORPORATIVA LTDA.: Em 05.02.2007 a BRASILENCOR ENGENHARIA, MEIO AMBIENTE E GESTÃO CORPORATIVA LTDA moveu em desfavor da COPERGÁS o ação judicial indenizatória, processo nº: 0016018-95.2007.8.17.0001, que tramita perante a 1ª Vara Cível da Capital, postulando indenização referente a execução do contrato DTC 004/2004, apontando como valor da causa o montante de R\$ 4 milhões, amparado pelo relatório elaborado pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco (Fad-UFPE). Em 02.08.2010 foi publicada a sentença de mérito reconhecendo em parte os pleitos da BRASILENCOR para condenar a COPERGÁS, sendo manejados recursos de apelação pela Copergás e pela Brasilenacor, distribuídos para a relatoria do Des. Alberto Nogueira Virgínia, da 2ª Câmara Cível do TJPE. Em 16.04.2014 houve o julgamento das apelações, onde foi rejeitada a preliminar de cerceamento do direito de defesa, e, no mérito, foi dado provimento parcial ao recurso da Brasilenacor e ao recurso da COPERGÁS. Dos acordados, as partes apresentaram embargos de declaração, sendo rejeitado o da COPERGÁS, e o acolhido parcialmente o da BRASILENCOR. Em 26.03.2015 a Copergás apresentou recurso especial para o STJ, sendo o recurso especial admitido e julgado provido para decretar a nulidade do acórdão que julgou os embargos declaratórios e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, para novo julgamento do recurso integrativo (RESP nº 1.580.994 - PE). Em 15.12.2016 foi publicado o acórdão que acolheu parcialmente o recurso da BRASILENCOR ENGENHARIA, MEIO AMBIENTE E GESTÃO LTDA e, à unanimidade, rejeitou o recurso da COPERGÁS. A COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS, FABRICO BOMTEPO DE OLIVEIRA
Diretor Técnico-Comercial

Information Administration) para o ano de 2021 e estes foram definidos como o cenário provável, e a partir desse foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente. Indexadores: dos ativos e passivos financeiros:

Indexador	Queda		Cenário		Aumento	
	de 50%	de 25%	Provável	de 25%	de 50%	de 50%
CDI	2,25%	3,38%	4,50%	5,63%	6,75%	7,88%
IPCA	1,75%	2,63%	3,50%	4,38%	5,25%	6,13%
TJLP	2,20%	3,29%	4,39%	5,49%	6,59%	7,68%
IGP-M	2,76%	4,14%	5,52%	6,90%	8,28%	9,66%
BRENT	0,70%	1,05%	1,40%	1,76%	2,11%	2,47%

Saldo em 31/12/2020

	31/12/2020	Queda de 50%	Queda de 25%	Provável	Cenário de 25%	Aumento de 25%	Aumento de 50%
N/A	30.383.260	-	-	-	-	-	-
104% CDI	25.230.810	567.693	851.540	1.135.386	1.419.233	1.703.080	2.086.927
IGP-M	234.714.073	6.478.108	9.717.163	12.956.217	16.195.271	19.434.325	22.673.379
IPCA	182.258.413	3.189.522	4.784.283	6.379.044	7.973.806	9.568.567	11.163.328
BRENT	11.960.781	83.975	125.963	167.950	209.938	251.925	293.912
		3.273.497	4.910.246	6.546.995	8.183.743	9.820.492	11.457.242

A Copergás apresentou embargos de declaração, o qual foi rejeitado, com aplicação de multa. Em 21.06.2018 houve recurso especial pela Copergás, tendo o recorrente apresentado contrarrazões em 07.12.2018 e o Recurso Especial não foi admitido, tendo a Copergás apresentado Agravo para subida do RESP ao STJ. Em 18.09.2019 foi publicada decisão negando provimento ao agravo em recurso especial. Em 09.10.2019 a Copergás apresentou Agravo Interno, o qual foi julgado em 19.12.2019, tendo a Turma, por unanimidade, negado provimento ao agravo interno. Em 28.01.2020 a Copergás apresentou Embargos de declaração, sendo rejeitado, vindo a ocorrer o trânsito em julgado. Em outubro de 2020, a BRASILENCOR ENGENHARIA, MEIO AMBIENTE E GESTÃO LTDA, promoveu a Ação de Cumprimento, Processo nº 0062737-77/2020.8.17.0001, que tramita perante a Seção A da 14ª Vara Cível de Recife/PE, cobrando o valor de R\$ 11.404.211,05 (onze milhões, quatrocentos e quatro mil, duzentos e onze reais, cinco centavos), como parte da condenação e atualizado até setembro de 2020. A Copergás foi citada na ação de cumprimento, efetuando o depósito judicial no valor de R\$ 12.362.602,62 (doze milhões, trezentos e sessenta e dois mil, seiscentos e dois reais, sessenta e dois centavos) em janeiro de 2021, apresentando impugnação aos valores apresentados pela Brasilenacor. Aguarda-se a sentença quanto à impugnação da Copergás. O valor atualizado dado à causa na petição inicial perfaz R\$ 7 milhões. O valor atual da condenação será calculado em fase de liquidação de sentença. A classificação contábil (expectativa) é de Perda Provável. A Administração estimou a perda em R\$ 31 milhões, o qual foi devidamente contingenciada no exercício de 2019.

24. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS: Em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 10.101/2000 e com a Política de Participação nos Resultados pelos empregados aprovada pelo Conselho de Administração, foi proposto o Programa de Participação nos Resultados - PPR para o exercício 2020, negociado nos termos do inciso I do Art. 2º da referida Lei. Também para o exercício 2020 foi estabelecido o Programa de Participação nos Lucros - PPL, com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/1976 e na Política de Participação nos Lucros pelos Diretores aprovada pelo Conselho de Administração. O valor provisionado para o exercício de 2020 a título de Participação nos Lucros aos Diretores e Participação nos Resultados aos empregados foi de R\$ 1.558.852 (2019 - R\$ 4.298.394), e está apresentado na rubrica de 'Despesas Gerais e Administrativas' na demonstração do resultado consolidado.

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA: A Companhia oferece desde 2010 aos empregados plano de previdência privada, na modalidade plano fechado de contribuição definida, em que a contribuição da empresa é paritária à contribuição do empregado até o limite de 6% do salário, conforme opção do empregado. O Plano GASPREV é um plano multipatrocinado administrado pela PETROS, totalmente desvinculado dos demais planos administrados pela mesma, não havendo solidariedade entre a COPERGÁS na qualidade de patrocinadora e os demais patrocinadores ou instituidores dos demais planos de previdência administrados pela PETROS. No decorrer de 2020 as contribuições totais ao plano somaram R\$ 1.390.464 dos quais R\$ 690.802 referem-se aos valores patrocinados pela COPERGÁS.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES: A Companhia, até 04 de março de 2021, não identificou quaisquer eventos subsequentes significativos para divulgação nas suas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020.

ALEXANDRE CARLOS DE CARVALHO LISBÔA
Contador CRC-PE 016.912/0-1

ANDRÉ WILSON DE QUEIROZ CAMPOS
Diretor Presidente

LUCIANO COUTO ROSA GUIMARÃES
Diretor Administrativo-Financeiro

FABRICO BOMTEPO DE OLIVEIRA
Diretor Técnico-Comercial

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, individualmente ou em conjunto, possivelmente incluindo a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar a decisão de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as

RENATO XAVIER THIEBAUT
Membro Efetivo do Conselho Fiscal

CELSO JOSÉ FARIA DE VIANA
Membro Efetivo do Conselho Fiscal

SILENO SOUSA GUEDES
Membro Efetivo do Conselho Fiscal

DANIELLE DE BELLI CLAUDINO
Membro Efetivo do Conselho Fiscal

ANA CAROLINA SARTORI NATAL
Membro Efetivo do Conselho Fiscal

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, individualmente ou em conjunto, possivelmente incluindo a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar a decisão de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressamos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 4 de março de 2021

RUSSELL BEDFORD BRASILE
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/0-O T SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 T SP
Sócio Responsável Técnico

O Conselho Fiscal da Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, declara haver tomado conhecimento e examinado as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício de 2020, o Relatório da Russell Bedford Brasil Auditores Independentes, de 04 de março de 2021 e a proposta de destinação do Lucro Líquido, sendo de opinião que os referidos documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, financeira e de gestão da COPERGÁS.

Recife, 22 de março de 2021

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano XCVIII • Nº 56

Poder Executivo

Recife, 23 de março de 2021



PROTOCOLO DE ASSINATURAS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma SDOE da Companhia Editora de Pernambuco. Para visualizar o documento original clique no link:

<https://diariooficial.cepe.com.br/diariooficialweb/#/checar-autenticidade?codigo=YW5PI07054-6JBR0DBV78-P2TH9ZW2VI>.

Código de verificação:

YW5PI07054-6JBR0DBV78-P2TH9ZW2VI

